



**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA**  
"Prédio Antonio Francisco Ortega Batel"  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**PORTARIA Nº 91, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025**

**Dispõe sobre a regulamentação da concessão e aplicação de Suprimento de Fundos no âmbito da Câmara Municipal de Nova Andradina-MS e dá outras providências.**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições legais que lhe confere o Regimento Interno da Câmara Municipal,

**Considerando** o disposto na Lei Municipal nº 258, de 6 de fevereiro de 2001, que institui o sistema de suprimento de fundos na administração pública municipal;

**Considerando** as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 1.834, de 19 de setembro de 2024;

**Considerando** a necessidade de regulamentar internamente a concessão, aplicação e prestação de contas dos recursos concedidos a título de suprimento de fundos no âmbito do Poder Legislativo Municipal;

**Considerando** a conveniência administrativa de possibilitar o pronto atendimento de despesas de pequeno vulto e caráter urgente, indispensáveis à continuidade dos serviços públicos da Câmara Municipal;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica regulamentada, no âmbito da Câmara Municipal de Nova Andradina, a concessão, aplicação e prestação de contas de Suprimento de Fundos, observadas as disposições da Lei Municipal nº 258/2001 e suas alterações posteriores.

**Art. 2º** O suprimento de fundos consiste na entrega de numerário ao servidor credenciado, para aplicação nas hipóteses previstas na legislação municipal, destinando-se a despesas de pequeno vulto, caráter urgente ou de viagem, indispensáveis ao funcionamento da Câmara Municipal.

**Parágrafo único.** O valor máximo que poderá ser concedido a título de suprimento de fundos, independentemente da hipótese, é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por concessão.

**Art. 3º** Fica designado o servidor AXEL DIAS OLIVEIRA, matrícula nº 437, Diretor Administrativo, como responsável pelo suprimento de fundos no âmbito da Câmara Municipal.





**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA**  
"Prédio Antonio Francisco Ortega Batel"  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**§1º** O servidor suprido responderá integralmente pela guarda, correta aplicação e comprovação dos recursos recebidos, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

**§2º** A concessão do suprimimento dependerá de autorização expressa da Presidência e da emissão do respectivo empenho contábil.

**Art. 4º** A finalidade do suprimimento de fundos é permitir o pronto pagamento de despesas indispensáveis, como pequenos reparos, consertos, aquisições emergenciais e outras de caráter imediato, quando não for possível aguardar o trâmite regular de contratação.

**Art. 5º** É vedada a utilização de suprimimento de fundos, observado o disposto nas Leis Municipais nº 258/2001 e nº 1.834/2024, para:

**I** – pagamento de diárias, passagens, adiantamentos ou quaisquer despesas de natureza pessoal;

**II** – aquisição de bens permanentes, duráveis ou sujeitos a tombamento patrimonial;

**III** – pagamento de multas, juros, indenizações ou encargos financeiros;

**IV** – despesas alheias ao interesse público ou não vinculadas às atividades institucionais da Câmara Municipal;

**V** – parcelamento artificial de despesas com o propósito de enquadramento nos limites de suprimimento de fundos;

**VI** – realização de pagamentos a terceiros não vinculados diretamente à execução da despesa ou sem comprovação fiscal idônea;

**VII** – gastos com solenidades, homenagens, coquetéis ou recepções.

**Parágrafo único.** As demais vedações previstas na legislação municipal aplicável deverão ser rigorosamente observadas pelo servidor suprido e pelos setores responsáveis pela análise e homologação das prestações de contas.

**Art. 6º.** O pagamento das despesas será realizado preferencialmente por meio de cartão de pagamento, conforme art. 7º da Lei Municipal nº 258/2001, com redação dada pela Lei nº 1.834/2024.

**Parágrafo único.** Na impossibilidade de utilização do cartão, o pagamento poderá ser efetuado por transferência bancária eletrônica (Pix, TED ou DOC), devidamente autorizada pela Diretoria Financeira e comprovada na prestação de contas.

**Art. 7º** A Diretoria Financeira adotará as providências necessárias para auxiliar a Diretoria Administrativa na abertura de conta corrente específica destinada exclusivamente à movimentação dos recursos do suprimimento de fundos, conforme previsto na legislação municipal.

**Art. 8º** A prestação de contas do suprimimento deverá ser apresentada pelo servidor suprido no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término do período de aplicação, acompanhada dos seguintes documentos:

**I** – balancete de suprimimento de fundos;





**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA**  
**"Prédio Antonio Francisco Ortega Batel"**  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

II – relação das despesas pagas, com os comprovantes originais (notas fiscais e recibos);

III – cópia da nota de empenho;

IV – comprovante de recolhimento de eventual saldo não utilizado;

V – declaração de recebimento ou atesto do material ou serviço, conforme o caso.

**Art. 9º** A análise e o trâmite da prestação de contas obedecerão ao seguinte fluxo:

I – Controle Interno, responsável pela análise formal e material da documentação e emissão do Certificado de Aceitação da Prestação de Contas;

II – Contabilidade, responsável pela baixa contábil e registro no sistema de execução orçamentária e financeira;

III – Presidência da Câmara Municipal, que procederá à homologação da prestação de contas e determinará sua publicação no Diário Oficial do Município.

**Art. 10** A concessão de novo suprimimento de fundos somente poderá ocorrer após a aprovação, homologação e baixa contábil da prestação de contas anterior.

**Art. 11** Os casos omissos serão dirimidos pela Presidência da Câmara Municipal, observadas as disposições das Leis Municipais nº 258/2001 e nº 1.834/2024 e demais normas aplicáveis.

**Art. 12** Esta Portaria revoga a Portaria nº 49, de 27 de junho de 2025.

**Art. 13** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.**

Gabinete da Presidência, aos vinte e quatro dias do mês de novembro de 2025.

FABIO

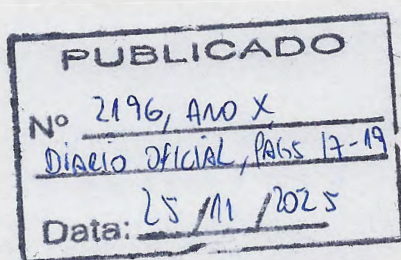
ZANATA:5198137

8120

Assinado de forma digital por  
FABIO ZANATA:51981378120  
Data: 2025.11.24 11:35:03  
c3400

**FÁBIO ZANATA - MDB**

Presidente da Câmara Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA  
"Antônio Francisco Ortega Batel"  
Estado de Mato Grosso do Sul  
Afixado no Mural, conforme Art. 103 da LOM.  
25/11/25 à 25/12/25  
Lute



# DIÁRIO OFICIAL

NOVA ANDRADINA-MS

Criado pela Lei Nº 1.336 de 09 de setembro de 2016



**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA**  
"Prédio Antonio Francisco Ortega Batel"  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

## PORTARIA Nº 91, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2025

**Dispõe sobre a regulamentação da concessão e aplicação de Suprimento de Fundos no âmbito da Câmara Municipal de Nova Andradina-MS e dá outras providências.**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA**, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições legais que lhe confere o Regimento Interno da Câmara Municipal,

**Considerando** o disposto na Lei Municipal nº 258, de 6 de fevereiro de 2001, que institui o sistema de suprimento de fundos na administração pública municipal;

**Considerando** as alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 1.834, de 19 de setembro de 2024;

**Considerando** a necessidade de regulamentar internamente a concessão, aplicação e prestação de contas dos recursos concedidos a título de suprimento de fundos no âmbito do Poder Legislativo Municipal;

**Considerando** a conveniência administrativa de possibilitar o pronto atendimento de despesas de pequeno vulto e caráter urgente, indispensáveis à continuidade dos serviços públicos da Câmara Municipal;

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica regulamentada, no âmbito da Câmara Municipal de Nova Andradina, a concessão, aplicação e prestação de contas de Suprimento de Fundos, observadas as disposições da Lei Municipal nº 258/2001 e suas alterações posteriores.

**Art. 2º** O suprimento de fundos consiste na entrega de numerário ao servidor credenciado, para aplicação nas hipóteses previstas na legislação municipal, destinando-se a despesas de pequeno vulto, caráter urgente ou de viagem, indispensáveis ao funcionamento da Câmara Municipal.

**Parágrafo único.** O valor máximo que poderá ser concedido a título de suprimento de fundos, independentemente da hipótese, é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por concessão.

**Art. 3º** Fica designado o servidor AXEL DIAS OLIVEIRA, matrícula nº 437, Diretor Administrativo, como responsável pelo suprimento de fundos no âmbito da Câmara Municipal.



# DIÁRIO OFICIAL

NOVA ANDRADINA-MS

Criado pela Lei Nº 1.336 de 09 de setembro de 2016



## CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA "Prédio Antonio Francisco Ortega Batel" ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**§1º** O servidor suprido responderá integralmente pela guarda, correta aplicação e comprovação dos recursos recebidos, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

**§2º** A concessão do suprimento dependerá de autorização expressa da Presidência e da emissão do respectivo empenho contábil.

**Art. 4º** A finalidade do suprimento de fundos é permitir o pronto pagamento de despesas indispensáveis, como pequenos reparos, consertos, aquisições emergenciais e outras de caráter imediato, quando não for possível aguardar o trâmite regular de contratação.

**Art. 5º** É vedada a utilização de suprimento de fundos, observado o disposto nas Leis Municipais nº 258/2001 e nº 1.834/2024, para:

**I** – pagamento de diárias, passagens, adiantamentos ou quaisquer despesas de natureza pessoal;

**II** – aquisição de bens permanentes, duráveis ou sujeitos a tombamento patrimonial;

**III** – pagamento de multas, juros, indenizações ou encargos financeiros;

**IV** – despesas alheias ao interesse público ou não vinculadas às atividades institucionais da Câmara Municipal;

**V** – parcelamento artificial de despesas com o propósito de enquadramento nos limites de suprimento de fundos;

**VI** – realização de pagamentos a terceiros não vinculados diretamente à execução da despesa ou sem comprovação fiscal idônea;

**VII** – gastos com solenidades, homenagens, coquetéis ou recepções.

**Parágrafo único.** As demais vedações previstas na legislação municipal a vel deverão ser rigorosamente observadas pelo servidor suprido e pelos setores responsáveis pela análise e homologação das prestações de contas.

**Art. 6º.** O pagamento das despesas será realizado preferencialmente por meio de cartão de pagamento, cnfo rme art. 7º da Lei Municipal nº 258/2001, com redação dada pela Lei nº 1.834/2024.

**Parágrafo único.** Na impossibilidade de utilização do cartão, o pagamento poderá ser efetuado por transferência bancária eletrônica (Pix, TED ou DOC), devidamente autorizada pela Diretoria Financeira e comprovada na prestação de contas.

**Art. 7º** A Diretoria Financeira adotará as providências necessárias para auxiliar a Diretoria Administrativa na abertura de conta corrente específica destinada exclusivamente à movimentação dos recursos do suprimento de fundos, conforme previsto na legislação municipal.

**Art. 8º** A prestação de contas do suprimento deverá ser apresentada pelo servidor suprido no prazo máximo de 10 (dez) dias após o término do período de aplicação, acompanhada do seguintes documentos:

**I** – balancete de suprimento de fundos;

# DIÁRIO OFICIAL

NOVA ANDRADINA-MS

Criado pela Lei Nº 1.336 de 09 de setembro de 2016



**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA**  
"Prédio Antonio Francisco Ortega Batel"  
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

**II** – relação das despesas pagas, com os comprovantes originais (notas fiscais e recibos);

**III** – cópia da nota de empenho;

**IV** – comprovante de recolhimento de eventual saldo não utilizado;

**V** – declaração de recebimento ou atesto do material ou serviço, conforme o caso.

**Art. 9º** A análise e o trâmite da prestação de contas obedecerão ao seguinte fluxo:

**I** – Controle Interno, responsável pela análise formal e material da documentação e emissão do Certificado de Aceitação da Prestação de Contas;

**II** – Contabilidade, responsável pela baixa contábil e registro no sistema de execução orçamentária e financeira;

**III** – Presidência da Câmara Municipal, que procederá à homologação da prestação de contas e determinará sua publicação no Diário Oficial do Município.

**Art. 10** A concessão de novo suprimento de fundos somente poderá ocorrer após aprovação, homologação e baixa contábil da prestação de contas anterior.

**Art. 11** Os casos omissos serão dirimidos pela Presidência da Câmara Municipal, observadas as disposições das Leis Municipais nº 258/2001 e nº 1.834/2024 e demais normas aplicáveis.

**Art. 12** Esta Portaria revoga a Portaria nº 49, de 27 de junho de 2025.

**Art. 13** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.**

Gabinete da Presidência, aos vinte e quatro dias do mês de novembro de 2025.

**FÁBIO ZANATA - MDB**  
Presidente da Câmara Municipal